

LUÍS ROBERTO BARROSO  
PATRÍCIA PERRONE CAMPOS MELLO

Coordenadores

## A REPÚBLICA QUE AINDA NÃO FOI

TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO  
DE 1988 NA VISÃO DA ESCOLA  
DE DIREITO CONSTITUCIONAL DA UERJ

Área específica

DIREITO CONSTITUCIONAL

Áreas afins

DIREITO PÚBLICO,  
PROCESSO CONSTITUCIONAL,  
DIREITO ADMINISTRATIVO,  
DIREITO PENAL,  
DIREITO CIVIL

Público-alvo/consumidores

ALUNOS DA GRADUAÇÃO  
E DA PÓS-GRADUAÇÃO  
EM DIREITO



O propósito deste livro é celebrar os trinta anos de vida da Constituição de 1988, a despeito dos vendavais, tempestades e crises de todos esses anos. Nele se contém uma amostra da valiosa produção acadêmica da Escola de Direito Constitucional da UERJ e da contribuição que tem oferecido para o desenvolvimento do direito constitucional no Brasil. Uma coletânea que expressa a pluralidade de visões dos seus autores, tendo por traço comum o compromisso com a democracia, a proteção dos direitos fundamentais e a efetividade da Constituição. Muitos dos maiores nomes do direito público brasileiro estão nestas páginas: acadêmicos que percorreram caminhos novos, por onde pouca gente tinha andado. O livro está dividido em seis partes:

- I. Balanço geral dos 30 anos da Constituição de 1988
- II. Processo constituinte
- III. Direitos fundamentais
- IV. Democracia, República e Federação
- V. Jurisdição constitucional
- VI. Constitucionalização do Direito

Trata-se de um conjunto extraordinário de textos, capazes de mudar para sempre a vida de quem se disponha a lê-los.

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm  
CÓDIGO: 10001499

R426	A República que ainda não foi: trinta anos da Constituição de 1988 na visão da Escola de Direito Constitucional da UERJ/ Luís Roberto Barroso, Patrícia Perrone Campos Mello (Coord.)– Belo Horizonte : Fórum, 2018.  639p.; 17cm x 24cm ISBN: 978-85-450-0582-7  1. Direito Constitucional. 2. Direito Público. 3. Processo Constitucional. I. Barroso, Luís Roberto. II. Mello, Patrícia Perrone Campos. III. Título.  CDD 341.2 CDU 342
------	--

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):  BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos (Coord.). <i>A República que ainda não foi</i> : trinta anos da Constituição de 1988 na visão da Escola de Direito Constitucional da UERJ. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 639p. ISBN 978-85-450-0582-7.
---

### **Luís Roberto Barroso**

Professor Titular de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do Programa de Mestrado e Doutorado da Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Mestre pela Yale Law School. Doutor e Livre-Docente pela UERJ. Desenvolveu estudos de Pós-Doutorado na Harvard Law School. É *Senior Fellow* do Carr Center for Human Rights Policy da Harvard Kennedy School e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

### **Patrícia Perrone Campos Mello**

Professora de Direito Constitucional da Graduação e do Programa de Mestrado e Doutorado do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Mestre e Doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assessora do Ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal. Procuradora do Estado do Rio de Janeiro.

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

#### UM OLHAR SOBRE OS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

<b>LUÍS ROBERTO BARROSO</b> .....	21
1      Sonhos de juventude.....	21
2      A refundação do Brasil .....	22
3      Iluminismo, idealismo e pragmatismo .....	23

### INTRODUÇÃO

#### A FACULDADE DE DIREITO DA UERJ E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DIREITO CONSTITUCIONAL

<b>PATRÍCIA PERRONE CAMPOS MELLO</b> .....	27
1      A Faculdade de Direito da UERJ.....	27
2      A contribuição da Escola de Direito Constitucional da UERJ para o direito constitucional brasileiro.....	28
3      Os trinta anos da Constituição de 1988 na visão da Escola de Direito Constitucional da UERJ .....	29
4      Palavras finais .....	31

### PARTE I

#### BALANÇO GERAL DOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

#### TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO: A REPÚBLICA QUE AINDA NÃO FOI

<b>LUÍS ROBERTO BARROSO</b> .....	35
1      Introdução .....	35
1.1    A comemoração dos dez anos .....	35
1.2    A comemoração dos vinte anos .....	36
1.3    A Constituição de trinta anos.....	38
2      Minha relação com a Constituição.....	39
3      Alguns pontos altos .....	41
3.1    Estabilidade institucional.....	41
3.2    Estabilidade monetária.....	42
3.3    Inclusão social.....	43
4      O destaque maior: o avanço dos direitos fundamentais .....	44
5      Os pontos fracos desses 30 anos.....	46
5.1    O sistema político .....	46
5.2    A corrupção sistêmica.....	49
6      Conclusão .....	51
Referências.....	53

#### 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: DIREITOS FUNDAMENTAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E NOVAS QUESTÕES

<b>ANA PAULA DE BARCELLOS</b> .....	55
1      Introdução .....	55
2      O desafio da transformação da realidade.....	57
3      30 anos da Constituição: levando a sério o direito à informação acerca das políticas públicas e sua execução .....	59
3.1    A questão da fixação e divulgação de metas concretas e mensuráveis para as políticas públicas .....	62
3.2    Exigibilidade de sistemas de monitoramento dos resultados desagregados das políticas públicas .....	63
4      Conclusão .....	66
Referências.....	67

#### A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 – 30 ANOS DEPOIS: DISPUTAS, DERROTAS E CONQUISTAS

<b>PATRÍCIA BAPTISTA, JOÃO PEDRO ACCIOLY</b> .....	69
1      Três ciclos na vida da Constituição de 1988 .....	69

2	A história do estatuto constitucional da Administração Pública .....	72
2.1	A Administração Pública brasileira antes da Constituição de 1988 .....	72
2.2	O ingresso da Administração Pública na Constituição: reconstituição de uma história acidentada e pouco conhecida.....	75
2.2.1	Regramento para além do capítulo .....	78
2.3	O processo de constitucionalização do direito administrativo: as normas, as teorias e as instituições do Estado e da sociedade.....	78
3	Até que ponto a Constituição administrativa realmente importa? Uma crônica de disputas, retumbantes fracassos e suadas conquistas.....	79
3.1	Três exemplos que falam por si.....	82
4	Conclusão: a insuficiência da teoria normativa para os desafios da constitucionalização do direito administrativo no Brasil .....	87
	Referências.....	89

## TRINTA ANOS, UMA CONSTITUIÇÃO, TRÊS SUPREMOS: AUTORRESTRICÇÃO, EXPANSÃO E AMBIVALÊNCIA

PATRÍCIA PERRONE CAMPOS MELLO.....	95	
1	Introdução .....	95
2	Competências do STF: quadro normativo.....	96
3	Fase autorrestritiva: limitação de competências e autocontenção institucional .....	98
4	Fase expansiva: ampliação de competências e conquista de capital político .....	102
5	Fase reversa: combate à corrupção, ambivalência e consumo de capital político .....	109
6	Conclusão .....	117
	Referências.....	118

## PARTE II

### PROCESSO CONSTITUINTE

## TRINTA ANOS DEPOIS: UMA ANÁLISE DO PROCESSO CONSTITUINTE E DO DESEMPENHO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

ALONSO FREIRE .....	123	
1	Introdução .....	123
2	A experiência da transição pacífica brasileira .....	125
2.1	O contexto.....	125
2.2	O processo constituinte .....	127
2.3	A Constituição resultante.....	134
3	A prolixidade constitucional: o caso brasileiro.....	137
4	A longevidade constitucional: o caso da Constituição Federal de 1988.....	142
5	Uma avaliação parcial do desempenho da Constituição Federal de 1988.....	148
5.1	Considerações metodológicas .....	148
5.2	Uma análise a partir dos objetivos fundamentais da República .....	151
6	Conclusões.....	154
	Referências.....	155

## PODER CONSTITUINTE PARA ALÉM DOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO DE CONSTITUIÇÕES: CAMINHOS ALTERNATIVOS PARA A REFORMA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

ALINE OSORIO .....	159	
	Introdução .....	159
1	O conceito de poder constituinte: teoria clássica, uma versão “retrospectiva” e o entendimento “dupla face” proposto.....	162
2	Como localizar o poder constituinte? Os processos constituintes dos EUA, Alemanha, Japão e Rússia .....	172
2.1	Estados Unidos e o “Nós, o Povo” em cada momento histórico.....	172
2.2	Alemanha, Japão e “Nós, o Povo” no contexto de constituições impostas .....	174
2.3	Rússia e “Nós, o Povo” em contextos não democráticos.....	176
3	Caminhos alternativos para a reforma da Constituição de 1988: os casos da Irlanda e da Islândia.....	178
3.1	Irlanda e a experiência da Assembleia Cidadã ( <i>Citizens’ Assembly</i> ) ou “minipúblico” .....	180
3.2	Islândia e <i>crowd-sourcing</i> .....	184
	Conclusão .....	186
	Referências.....	187

PARTE III  
**DIREITOS FUNDAMENTAIS**

**AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS ENTRE UTILIDADE E SUBSTÂNCIA: UMA CRÍTICA AO USO DE ARGUMENTOS PRAGMATISTAS EM DESFAVOR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

JANE REIS GONÇALVES PEREIRA.....	193
1 Introdução: o direito entre utilidade e os valores constitucionalmente protegidos.....	193
2 O pragmatismo jurídico como tendência contemporânea. Um breve enquadramento .....	194
3 Os argumentos pragmatistas entre as exigências do cotidiano e as limitações do ideal do Estado de direito .....	200
4 Os direitos fundamentais entre metas coletivas e sua proteção substancial. O uso de argumentos pragmáticos em casos recentes no STF .....	205
5 Encerramento .....	210
Referências.....	213

**DIREITO À IGUALDADE DE GÊNERO: UMA PROPOSTA DE DENSIFICAÇÃO DO ART. 5º, I, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988**

CRISTINA TELLES .....	217
1 Introdução .....	217
2 Igualdade formal .....	223
3 Igualdade como redistribuição.....	228
4 Igualdade como reconhecimento.....	231
5 Igualdade como representação.....	235
6 Conclusão .....	240
Referências.....	241

**UM RAWLS À BRASILEIRA: O PATRIMONIALISMO NAS RELAÇÕES HORIZONTAIS**

CIRO GRYNBERG .....	245
1 Introdução .....	245
2 O patrimonialismo como fato social.....	247
3 Os impactos do patrimonialismo sobre a distribuição de recursos sociais .....	250
3.1 Os condicionamentos impostos pelo patrimonialismo à justiça distributiva.....	250
3.2 O patrimonialismo como fator coercitivo na distribuição de bens sociais pelo Poder Judiciário brasileiro .....	253
4 Conclusão .....	256
Referências.....	257

PARTE IV  
**DEMOCRACIA, REPÚBLICA E FEDERAÇÃO**

**O PRINCÍPIO REPUBLICANO NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 88: POR UMA REPÚBLICA INCLUSIVA**

DANIEL SARMENTO.....	261
1 Introdução .....	261
2 A República que não temos sido: patrimonialismo, cordialidade, jeitinho e desigualdade.....	262
3 O princípio republicano e seus componentes .....	264
3.1 Elegibilidade e temporariedade dos mandatos políticos .....	266
3.2 Responsabilidade dos governantes e autoridades por seus atos .....	267
3.3 Igualdade republicana: ninguém abaixo e ninguém acima das leis.....	269
3.4 Liberdade contra a tirania e a sujeição: a não dominação.....	271
3.5 Separação entre o público e o privado: impessoalidade, transparência e controle na gestão da coisa pública .....	272
3.6 A participação do cidadão: direitos e responsabilidades perante a “coisa pública” .....	274
4 O que o princípio republicano não deve ser: não ao republicanismo seletivo, ao republicanismo dos heróis mascarados e ao jacobinismo republicano .....	276
5 Conclusão .....	278
Referências.....	278

**O IMPEACHMENT DE 2016: RUPTURA CONSTITUCIONAL E CULTURA POLÍTICA DEMOCRÁTICA**

CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO .....	281
Referências .....	292

## A CRISE DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO BRASILEIRO: O SEMIPRESIDENCIALISMO SERIA UMA BOA OPÇÃO?

MARCELO LEONARDO TAVARES.....	295
1 Introdução .....	295
2 Presidencialismo brasileiro: fábrica de crises .....	296
2.1 Presidente fraco em presidência hipertrofiada .....	296
2.2 A caixa de pandora da separação entre os poderes .....	298
3 Uma proposta de semipresidencialismo para o Brasil .....	300
3.1 O Executivo bicéfalo .....	301
3.2 Nova relação entre os poderes .....	302
4 Conclusão .....	305
Referências.....	307

## FEDERALISMO PARA QUEM? UM BALANÇO AOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

THIAGO MAGALHÃES PIRES.....	309
1 Introdução .....	309
2 A estrutura da federação.....	309
3 Sobre a repartição de competências .....	311
4 Federalismo e democracia.....	313
5 Algumas observações sobre a distribuição de receitas e encargos .....	318
6 Conclusão .....	324
Referências.....	325

### PARTE V

## JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

### MODELOS DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E SUAS BASES TEÓRICAS

RODRIGO BRANDÃO.....	331
1 Introdução .....	331
2 A agonia do nascimento da jurisdição constitucional na Europa: o debate Kelsen <i>v.</i> Schmitt sobre o “guardião da Constituição” .....	333
3 O modelo positivista-liberal de jurisdição constitucional .....	338
4 O “neoconstitucionalismo” .....	341
Referências.....	346

### ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL

CARLOS ALEXANDRE DE AZEVEDO CAMPOS .....	349
1 Introdução .....	349
2 Apresentando o ECI.....	350
3 Fundamentos filosóficos e jurídicos do estado de coisas inconstitucional .....	352
4 Objeto principal: direitos sociais e econômicos e políticas públicas.....	352
5 Conceito e pressupostos do estado de coisas inconstitucional.....	353
6 As sentenças estruturais .....	357
7 Relevância do monitoramento .....	361
8 O ECI e o “ativismo judicial estrutural dialógico” .....	362
9 Conclusão: uma construção teórica para o Brasil? .....	363
Referências.....	364

### CRIATURA E/OU CRIADOR: TRANSFORMAÇÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOB A CONSTITUIÇÃO DE 1988

DIEGO WERNECK ARGUELHES, LEANDRO MOLHANO RIBEIRO.....	367
1 Um tribunal poderoso .....	367
2 O Supremo que a Constituição criou .....	370
2.1 Canais de acesso .....	371
2.2 Escopo do controle de constitucionalidade.....	376
2.3 Garantias perante os outros poderes .....	377
3 O Supremo recriado por seus ministros .....	378
3.1 Restrições.....	379
3.2 Transformando restrições em expansões.....	380
3.3 Expansões .....	381
3.4 Flexibilidade decisória? .....	383
4 Novas transformações à vista: de ponto de veto à primeira câmara? .....	384
Referências.....	391

## A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DAS CORTES CONSTITUCIONAIS

FELIPE DE MELO FONTE .....	395
1 Introdução .....	395
2 A democracia e suas condições de existência .....	396
2.1 O problema da igualdade política .....	396
2.2 A cultura de tolerância como pressuposto democrático .....	401
2.3 A democracia como projeto educacional .....	404
3 O papel de reforço democrático das cortes constitucionais .....	406
3.1 Pedagogia com um <i>plus</i> .....	406
3.2 A difusão de uma gramática cívica .....	408
4 Conclusão .....	410
Referências .....	410

## STARE DECISIS HORIZONTAL E CONSTITUIÇÃO: CONCEBENDO UM SISTEMA DE PRECEDENTES A SERVIÇO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

GABRIEL ACCIOLY GONÇALVES .....	415
1 Introdução .....	415
2 Experiências estrangeiras .....	418
2.1 Estados Unidos .....	418
2.2 Reino Unido .....	421
2.3 Apreciação crítica dos modelos estrangeiros .....	423
3 <i>Stare decisis</i> horizontal no Supremo Tribunal Federal: parâmetros de atuação .....	425
4 Conclusão: um <i>stare decisis</i> substantivado .....	430
Referências .....	431

## ACORDOS NÃO COMPLETAMENTE TEORIZADOS NA REPERCUSSÃO GERAL: A RAZÃO DE SER DO QUORUM DE DOIS TERÇOS PREVISTO NO ART. 102, §3º, DA CONSTITUIÇÃO

FREDERICO MONTEDONIO REGO .....	433
1 Introdução .....	433
2 A aparente falta de lógica do <i>quorum</i> de admissibilidade de dois terços .....	433
3 Dando sentido ao <i>quorum</i> : um olhar sobre experiências estrangeiras .....	436
4 Filtros de relevância como acordos não completamente teorizados .....	438
5 O <i>quorum</i> qualificado como contrapeso da impraticabilidade de motivação analítica de todas as decisões negativas de repercussão geral .....	439
6 Ausência de relação entre o <i>quorum</i> qualificado e os efeitos da decisão .....	444
7 Conclusão .....	447
Referências .....	447

## DIÁLOGOS SOCIAIS NO STF: O ART. 103, IX, DA CONSTITUIÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE

CARINA LELLIS .....	451
1 Introdução .....	451
2 Breve registro histórico: o “pecado original” do controle de constitucionalidade, a participação da sociedade civil no processo de liberalização e as inspirações da Constituinte de 1988 .....	452
3 A legitimidade ativa das entidades de classe de âmbito nacional .....	456
3.1 O art. 103, IX, CF e a interpretação restritiva do STF .....	456
3.2 A experiência do STF e a participação limitada da sociedade civil .....	459
3.3 Por uma nova interpretação a respeito das entidades de classe de âmbito nacional .....	462
4 Conclusão .....	465
Referências .....	465

### PARTE VI

## CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO

### DIREITO CIVIL

## DIREITO À VIDA EM 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA: ABORTO E EUTANÁSIA EM PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL

ANDERSON SCHREIBER .....	471
1 Há um direito à vida na Constituição brasileira? .....	471
2 O extremo da vida: aborto e direitos da mulher .....	474
2.1 O início da descriminalização: aborto dos fetos anencefálicos .....	475

2.2	Situações semelhantes às quais se impõe a aplicação do entendimento do STF: microcefalia e outras hipóteses de risco à saúde da criança .....	475
2.3	O real fundamento jurídico da descriminalização do aborto: direito à saúde da mulher e direito à sua autodeterminação corporal .....	476
2.4	Um novo e corajoso passo do STF: descriminalização do aborto até o terceiro mês de gestação .....	479
2.5	Além do STF: a descriminalização do aborto em qualquer hipótese e a ausência de colisão com o direito à vida .....	480
3	O outro extremo da vida: eutanásia e o direito à morte digna .....	483
3.1	Ortotanásia ou eutanásia passiva .....	484
3.2	<i>Accanimento</i> terapêutico e o caso Lillian Boyes .....	486
3.3	O caso Downes e o direito de morrer por amor .....	487
3.4	O caso Eluana Englaro e a situação dos pacientes incapacitados .....	488
3.5	Testamentos biológicos, procurações de saúde e diretivas antecipadas de vontade .....	489
3.6	O extremo do extremo: o Doutor Morte e a assistência ao suicídio .....	491
4	À guisa de conclusão. Algumas propostas para tratamento do aborto e da eutanásia no Brasil .....	492
	Referências .....	494

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### PODER DE POLÍCIA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E INTERESSE PÚBLICO: 30 ANOS DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL

GUSTAVO BINENBOJM .....		499
1	Direitos fundamentais e democracia como elementos estruturantes do Estado Administrativo contemporâneo .....	499
2	Poder de polícia, direitos fundamentais e democracia .....	510
3	Limites impostos ao poder de polícia pelos direitos fundamentais .....	511
4	O papel do poder de polícia na proteção e promoção de direitos fundamentais .....	519
5	Poder de polícia, democracia e limites constitucionais: a ponderação proporcional entre objetivos coletivos e direitos fundamentais .....	526
6	Conclusões .....	531
	Referências .....	534

### AS EMPRESAS ESTATAIS E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO .....		539
1	Incidência adaptada dos princípios da Administração Pública .....	539
2	Princípio da legalidade .....	543
3	Princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência e relações com a governança corporativa .....	545
4	Princípio da publicidade (acesso aos documentos e informações das estatais) .....	550
5	Conclusão: a necessária efetividade .....	553
	Referências .....	554

### DIREITO ADMINISTRATIVO E INOVAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES

JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA .....		557
1	Introdução .....	557
2	O que pode ser a inovação no direito administrativo brasileiro. Três requisitos de cautela .....	558
3	A lei de direito administrativo: ponte experimental imperfeita .....	560
4	A doutrina de direito administrativo: entre o centralismo e a proposta .....	563
5	A jurisprudência de direito administrativo: laboratório ou museu? .....	567
6	Síntese objetiva e encerramento .....	569
	Referências .....	571

### O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA: INTERDISCIPLINARIDADE, ANÁLISE ECONÔMICA E MÉTODO NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

ANDRÉ CYRINO .....		575
1	Introdução .....	575
2	Interdisciplinaridade inevitável, o medo do desconhecido e a cláusula da eficiência administrativa .....	578
3	Direitos, custos e eficiência .....	581
4	Eficiência, análise econômica do direito administrativo e metodologia jurídica .....	584
5	Conclusão .....	588
	Referências .....	588

### OS TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO E O DESAFIO DO DESENCARCERAMENTO NO BRASIL

SIMONE SCHREIBER .....		591
1	Introdução .....	591
2	Estado de coisas inconstitucional .....	593
3	O descompromisso dos juízes e tribunais com a pauta do desencarceramento .....	597



4	Conclusão .....	602
	Referências.....	603

O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA CONCRETIZAÇÃO DA POLÍTICA CRIMINAL:  
 POR UM REPOSICIONAMENTO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA NO CAMPO  
 PENAL

ADEMAR BORGES .....	605	
1	Introdução: a tragédia humana produzida pelo sistema de justiça criminal brasileiro .....	605
2	Superando o senso comum: os falsos dilemas e obstáculos à constitucionalização do direito penal no Brasil .....	610
3	A republicanização do sistema de justiça criminal brasileiro não deve abandonar o compromisso de proteção aos direitos e garantias fundamentais.....	615
4	Os desafios institucionais à constitucionalização do sistema de justiça criminal brasileiro e as potencialidades da atuação da jurisdição constitucional.....	618
5	A política criminal e a magistratura: a jurisdição constitucional como catalizadora da constitucionalização do sistema de justiça criminal .....	620
6	A necessária superação da timidez judicial no processo de constitucionalização do sistema de justiça criminal .....	624
7	Conclusão: a identificação dos próximos passos do STF na direção da constitucionalização do direito penal brasileiro .....	628
	Referências.....	631
SOBRE OS AUTORES.....	637	